

ID: 123820238

03-07-2026

O exercício de futurologia do Ministério da Educação, Ciência e Inovação

Opinião



Alberto Amaral

Acabei de ler o *Relatório de Focagem Estratégica*, um dos componentes da magna obra que está a ser elaborada pela Agência para a Investigação e Inovação (AI2), criada pela fusão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com a Agência Nacional de Inovação (ANI). Confesso que os meus neurónios demoraram algum tempo a recuperar do choque. O relatório usa uma linguagem própria, hermética e dificilmente entendível pelo comum dos mortais, o que confirma a tendência das metodologias pseudocientíficas para disfarçar as suas debilidades recorrendo a estes artificios.

Como exemplo, o relatório define domínios estratégicos como: “Eixos estratégicos que refletem prioridades para a competitividade e resiliência nacionais; possuem uma arquitetura ampla e flexível que lhes permite responder a mudanças de contexto, novos desafios e prioridades. Podem, igualmente, integrar subdomínios específicos, que abrangem desafios científicos, tecnológicos, económicos ou sociais, sujeitos a avaliação periódica, assegurando a sua relevância interdisciplinar.” Um relatório vestido com estas roupagens linguísticas lembra logo a velha história do rei e do alfaiate aldrabão, em que o rei se pavoneia na rua até que uma inocente criança grita: “Mas o rei vai nu!”

O texto é embelezado com figuras, nem todas compreensíveis. A figura 1 pretende mostrar os seis pilares estratégicos, mas só aparecem quatro colunas na vertical, nem todas com o mesmo formato. O pilar “Orçamento plurianual” termina em duas pontas nos seus extremos o que parece apropriado, pois é um caso bicudo – com um défice do Orçamento do Estado previsto de 0,2% do PIB este ano e perspectivas pouco animadoras para 2027, será mesmo um caso bicudo conseguir mais verbas para a investigação.

Também o pilar “investigação-inovação” aparece duplamente bicudo, tendo sido pena que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) tenha ignorado os alertas contra a fusão ANI-FCT. Depois, com a ajuda de

um colega, consegui perceber que os outros dois pilares (“emprego científico e qualificação” e “infraestruturas científicas e tecnológicas”) estavam deitados. Até se justifica, prevendo a longa espera até que do céu caia, não o maná dos tempos bíblicos, mas uma moderna chuva de euros que revitalize o sistema. E tudo isto é encimado por um chapéu achinesado triangular que representa os “desafios societais”.

No diploma que procede à fusão ANI-FCT diz-se “até à conclusão do processo de fusão e extinção da FCT, o conselho diretivo mantém-se em funções, assegurando a continuidade da gestão e a normal prossecução das atividades em curso”. Infelizmente, não foi o que aconteceu, e a ex-FCT entrou num estado comatoso, abandonando a comunidade científica à sua sorte, levando ao que o nosso colega João Conde chama “jejum intermitente institucional”.

No entanto, os problemas mais significativos do nosso sistema de investigação e desenvolvimento (I&D) são mais do que conhecidos e aparecem nas respostas a múltiplos inquéritos, foram analisados no relatório de revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e em diversos artigos de membros da comunidade científica. Os trabalhos de investigação são, em regra, de médio/longo prazo, pelo que os sistemas de I&D carecem de estabilidade quanto às regras que os regulam, o que inclui as normas de avaliação e financiamento dos centros de investigação, bem como as normas relativas a bolsas, projetos, emprego científico, etc. As avaliações e a abertura de concursos devem ser feitas com regularidade e previsibilidade, sendo de evitar erros e atrasos. Qualquer alteração deve conceder um período alargado para que os centros de I&D se adaptem a essas alterações sem dramas.

E, acima de tudo, é urgente resolver a falta de estabilidade das carreiras de investigação. As bolsas nem sempre são pagas atempadamente, muitos contratos não são renovados, muitos investigadores trabalham, por vezes durante décadas, saltando entre bolsas e projetos sem nunca conseguir uma posição estável e um dia acabam por ficar no desemprego.

Porém, o mau funcionamento da FCT alargava-se a outras áreas,



Tiago Petinga/Lusa

como a dos concursos para projetos de investigação, bolsas de estudo, contratação de investigadores. Com relatava Miguel Prudêncio em artigo de finais de 2023 no PÚBLICO, nos últimos 17 anos o “Concurso para Financiamento de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos” foi apenas aberto nove vezes, em 2006, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2017, 2020, 2021 e 2022. E Duarte Barral, em artigo de 28 de junho de 2025, no mesmo jornal, em relação à publicação pela FCT dos resultados provisórios do concurso aberto em dezembro de 2023, afirmava: “É insustentável que se saibam dos resultados de um concurso quase um ano e meio depois de ter

sido lançado e que tenha havido só um concurso em três anos (2023, 2024 e 2025).”

Infelizmente, o MECI, em vez de procurar resolver estes problemas candentes, melhorando o funcionamento da FCT, se necessário contratando mais pessoal, decidiu, contra a opinião generalizada da comunidade científica e a experiência internacional, proceder a uma fusão entre a ANI e a FCT, criando uma estrutura AI2, agora dependente de três ministérios (MECI, Economia e Finanças) em vez de um só, não se percebendo como isso irá simplificar a burocracia e sendo muito improvável o aumento do financiamento. E para cúmulo, o MECI resolveu

embarcar num exercício de futurologia para o qual desviou os recursos humanos existentes. A lista de coordenadores e equipas técnicas envolvidos na palhaçada futurologia incluem mais de três dezenas e meia de funcionários da ex-ANI e ex-FCT. Estes, em vez de usarem as suas horas de trabalho para permitir um funcionamento mais normal do sistema, dedicam-se a lucubrações sobre âncoras estratégicas, temas-chave, fatores críticos para a decisão e quejados que deviam deixar para eventuais noites de insónia. Ou seja, o MECI, em vez de dirigir os seus esforços para melhorar o que estava mal no funcionamento da FCT, decidiu dedicar-se à muito inovadora e “sublime arte de debater o futuro de barriga vazia”, como muito bem diz João Conde.

Não sei como isto irá acabar, mas confesso que na minha já longa existência (os 84 anos andam perto) nunca vi tanta incompetência disfarçada de metodologias pseudocientíficas. Talvez seja hora de a comunidade científica se unir e dizer, alto e bom som: “Basta!”

Professor jubilado da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; ex-reitor; ex-presidente da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES); ex-coordenador científico do Edulog